

**AO VENCEDOR, AS BATATAS: UMA ANÁLISE DA ESCRAVIZAÇÃO
CONTEMPORÂNEA NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA**

**TO THE WINNER, THE POTATOES: AN ANALYSIS OF CONTEMPORARY
ENSLAVEMENT IN THE FIELDS ABOVE THE MOUNTAINS**

Luis Carlos Borges dos Santos¹
Pablo Ryan Prinstrop Bervanger²

RESUMO

Este artigo busca problematizar as questões referentes à escravização contemporânea nos Campos de Cima da Serra, especificamente em São Francisco de Paula – RS, no que se refere à plantação de batatas. O texto está dividido em três seções de análise (Contextualização de SFP, Gerenciamento de mídia, Trabalho Escravo Contemporâneo). Busca-se, neste trabalho, criar um fio condutor de compreensão sobre a escravização do trabalhador contemporâneo. E como foi divulgado e denunciado o trabalho análogo a escravidão através de periódico. Objetiva-se também apresentar o cenário agrícola e o desenvolvimento do local a partir das plantações e sua importância para a região.

PALAVRAS-CHAVE: Escravização. Mídia. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This article seeks to problematize the issues regarding contemporary enslavement in the Campos de Cima da Serra, specifically in São Francisco de Paula - RS, regarding potato planting, is divided into three sections of analysis (SFP Contextualization, Media Management, Contemporary Slave Labor). This paper seeks to create a guiding thread of understanding about the enslavement of the contemporary worker. And how was published and denounced the work analogous to slavery through the journal. We also seek to present the agricultural scenario and the development of the site through the plantations and its importance to the region.

KEYWORDS: Slavery. Media. Development.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho análogo à escravidão sempre esteve presente nos rincões do Brasil. Tanto nos espaços urbanos - como, por exemplo, em fábricas de roupas em São Paulo, com mão de obra Peruana - quanto nas fazendas em todo território nacional. Isso pode ocorrer de forma velada ou, por vezes, com “aceitação” do próprio poder

¹ Mestre em Ambiente e Sustentabilidade (UERGS). *E-mail:* simioni.luiscarlos@gmail.com

² Acadêmico de História (UNISINOS).

Público, um a vez que a fiscalização não é sistemática nas fazendas. São Francisco de Paula (SFP), no Rio Grande do Sul, não foge à regra.

Neste texto, abordamos alguns fatores decorrentes da escravização no território de SFP na contemporaneidade. Para tanto, dividimos esse trabalho em três seções. Na primeira seção, destacamos o Território de SFP e as questões referentes ao Bioma Pampa, a importância de conservar o campo nativo e os conflitos com o agronegócio e, por fim, a produção de batatas nos Campos de Cima da Serra.

Na segunda seção, a corrente teórica que optamos por desenhar esse trabalho, seguindo uma análise dialética. Da mesma forma, destacamos, nesta seção, como a mídia gerenciou as notícias vinculadas ao trabalho escravo.

Por fim, na terceira seção, apresentamos a escravização do trabalhador contemporâneo de forma mais ampla.

A proposta é criar um fio condutor de entendimento, buscamos apresentar a presença da escravização no território. Como metodologia, utilizamos a pesquisa qualitativa por meio de revisões da bibliografia e periódicos, apresentando os contrastes da região serrana.

1.1 O território de São Francisco de Paula

Nesta primeira seção, como ponto de partida, iniciamos apresentando o município de São Francisco de Paula, que está localizada na mesorregião nordeste do Rio Grande do Sul e conta com uma população de 21.633 habitantes, sendo localizada dentro de um cinturão verde da Mata Atlântica (IBGE, 2019).

1.2 A importância de conservar o campo nativo

Para a cidade, existem fatores sociais e culturais que definem a região, transcendendo os limites políticos e que determinam as relações entre os povos, a fauna e a flora regional. É o caso dos campos nativos, que abriga uma notável diversidade biológica rica em mamíferos, aves, plantas vasculares e principalmente gramíneas, que são parceiras da pecuária tradicional da região. A conservação dos campos nativos contribui para manutenção da criação animal, e o pastejo dos animais contribui para a manutenção do campo nativo. Com essa parceria, pode-se agregar valor ao gado, à qualidade de vida e à provisão de serviços ecossistêmicos.

1.3 Conflito do campo nativo com o agronegócio

O município tem grandes e importantes áreas de campos que já foram convertidas em cultivos convencionais, áreas sem aptidão à agricultura intensiva, com solos rasos e declivosos. Dentre os cultivos convencionais, estão o da soja, milho, silvicultura de pinus e eucalipto, e principalmente o cultivo da batata que, em sua maioria, é realizado por produtores que arrendam a área, ou seja, sem o vínculo ou o compromisso com a terra. Dessa forma, transitam nas áreas exaurindo a fertilidade do solo, suprimindo a vegetação e deixando o passivo ambiental para o proprietário.

O agronegócio veio para substituir a secular agricultura autossustentável, conectada aos recursos naturais, por uso de insumos químicos, sintetizados pelo setor industrial. A “Revolução Verde” surgiu após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de usar o parque industrial que havia sido implantado para a indústria armamentista, através da produção de fertilizantes e agrotóxicos (LUTZEMBERGER, 2006). A principal característica da “Revolução Verde” foi a padronização mundial de uma agricultura mecânico-química, que passou a ser chamada de “convencional”. Com isso teve início um processo devastador nos solos do mundo inteiro (PRIMAVESI, 2003).

Os cultivos convencionais se dão por práticas de manejo incisivo com uso de agrotóxicos, afetando a vida de insetos, animais, plantas, recursos hídricos e ar. Também ocorre o uso de máquinas pesadas compactando o solo, eliminando a cobertura do mesmo, destruindo o campo nativo que é o hábitat de espécies da fauna e flora campestres, entre as quais várias são endêmicas e/ou estão ameaçadas de extinção, como o pedreiro (*Cinclodes pabsti*) e os anfíbios (*Scinax uruguayus*) e (*Elachistocleis erythrogaster*). Em muitos casos, a alteração causada pode ser irreversível, uma vez que a vegetação campestre original aparentemente não se restabelece. Nas áreas submetidas à aração e aos cultivos, acaba facilitando processos erosivos, assoreamento de rios, perda de fertilidade química e vida orgânica do solo, além do uso de capital externo para insumos e maquinários, onde não movimenta a economia local. Também cabe ressaltar que as áreas de campo que são aradas e aproveitadas para a agricultura, após seu abandono, são tomadas por carqueja e, secundariamente, por vassouras, necessitando um manejo mais intensivo para serem reaproveitadas como campos de pecuária (SEMA/DEFAP, 2007). Neste

sentido, apresentamos, nas imagens a seguir, a evolução agropecuária no município de São Francisco de Paula/RS.

O seguinte mosaico é uma composição de pixels, apresentando a evolução do uso e ocupação do solo em dois momentos, em 1985 e em 2017, no município de São Francisco de Paula/RS. São exibidas em cores todas as classes de uso do solo e ilustradas na legenda junto ao gráfico.

Cobertura do Solo em 1985

Cobertura do Solo em 2017

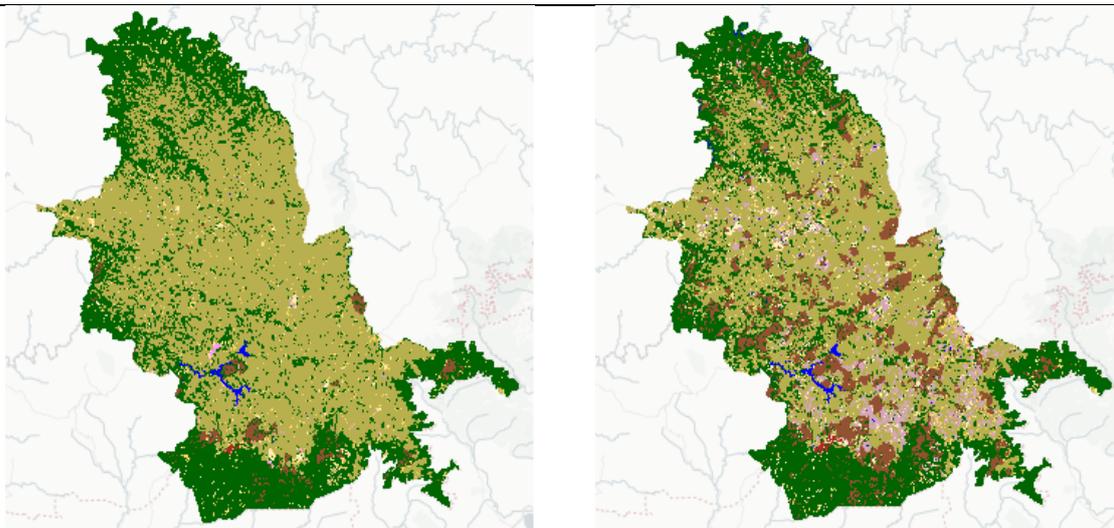
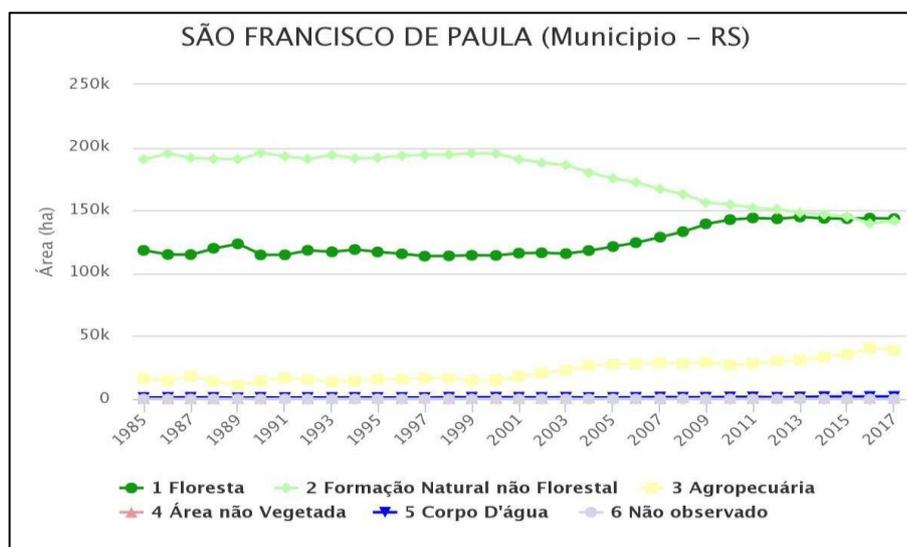


Gráfico 1 - Evolução ao longo do tempo das classes de uso e ocupação do solo



Fonte: <<http://mapbiomas.org/map#coverage>> Acesso em 02 de agosto de 2019.

Analisando o mosaico e o gráfico, vimos que, no período estudado, houve uma mudança expressiva na paisagem do município.

A Floresta que abrange as vegetações arbóreas no pampa e as florestas da mata atlântica, que ocupava, em 1985, uma área de 118.172,8 ha (hectares) passou a ocupar em 2017 uma área de 143.461,7 ha, havendo um acréscimo de 25.288,9 ha. Analisando esse aspecto, podemos dizer que o agricultor tradicional das pequenas plantações em encostas não manicizadas pode ter abandonado o cultivo, e a vegetação pioneira florestal ocupou, contribuindo para o êxodo rural. Junto com a supressão de campos nativos, que posteriormente é vegetado por capoeira, esses fatores converteram a paisagem da agricultura familiar e campos em floresta espontânea.

Outro dado interessante é a o declínio da Formação Natural não Florestal, que abrange os campos nativos e áreas úmidas e que ocupava, em 1985, uma área de 190.582,3 ha, passou a ocupar em 2017 uma área de 141.818,7 ha havendo um declínio de 48.763,6 ha onde são as áreas que o agronegócio mecanizado com produção convencional entrou e acarretando em todos efeitos citados neste trabalho.

Como enfoque principal do nosso trabalho, a agropecuária deve ter atenção redobrada na sua expansão. Vimos que a Agropecuária, que envolve pastagem plantada, cultivo anual e cultivo perene, ocupava, em 1985, uma área de 15996,86 ha passou a ocupar, em 2017, uma área de 38557,30 ha, havendo um acréscimo de 22560,43.

Segue quadro com as três principais classes deste trabalho e evolução ao longo do tempo (1985-2017), variação e obtenção.

Quadro 1 - três principais classes deste trabalho e evolução ao longo do tempo

Classes	1985	2017	Varição	Obtenção
Floresta	118172,8765	143461,7907	25288,91428	Acréscimo
Formação Natural não Florestal	190582,3424	141818,7319	-48763,64056	Decréscimo
Agropecuária	15996,86748	38557,30361	22560,43613	Acréscimo

1.4 Produção de batata nos Campos de Cima da Serra

O Rio Grande do Sul é um dos maiores produtores de batata, superado apenas por Minas Gerais, São Paulo e Paraná. A batata (*Solanum tuberosum* L.) é um importante alimento na culinária mundial, superado em produção total apenas pelo

trigo, milho e arroz. Originária dos Andes, ela surgiu de um longo processo evolutivo de seleção artificial, por meio de uma série de cruzamentos entre espécies do grande e diversificado gênero *Solanum* (PEREIRA; DANIELS, 2003).

Segundo o IBGE (BRASIL, 2009), a microrregião de Vacaria, pertencente à mesorregião do Nordeste Sul-Rio-Grandense, é a maior produtora de batata do Estado, contribuindo com 58,3% da produção total.

São Francisco de Paula é o município mais procurado pelos produtores de batata, o qual apresentara a maior quantidade produzida no período 2013-2015, com destaque à produção média anual de 66.667 mil toneladas, na frente de São José dos Ausentes, com 60 mil toneladas/ano, seguido de Bom Jesus, com 54 mil toneladas/ano, e de Ibiraiaras, com 22.000 toneladas/ano (IBGE/Produção Agrícola Municipal, 2017).

O sistema de produção da batata no município de São Francisco de Paula se faz, na esmagadora maioria, de forma convencional, porém, é necessário que sejam adotados sistemas de produção alternativos, tais como o sistema orgânico ou agroecológico de produção, prezando pela qualidade do produto e preservação dos recursos naturais.

1.5 Produção alternativa para a batata

A produção agrícola consiste em uma atividade que depende dos recursos naturais preservados, dos processos ecológicos e paralelamente do desenvolvimento técnico humano e de trabalho (XAVIER; DOLORES, 2001).

Agroecologia, pode ser definida como um campo de conhecimento capaz de indicar alternativas sustentáveis em substituição às práticas predadoras da agricultura convencional, que sobrevive graças à consolidação do modelo de dominação do capital no campo, denominado agronegócio (SOUTO, 2011).

Conforme Altieri (2002), a produção agroecológica é uma ciência que se fundamenta na sustentabilidade e tem como base uma compreensão geral dos agroecossistemas, atendendo a critérios como baixa dependência de insumos comerciais, uso de recursos renováveis localmente acessíveis, preservação da diversidade biológica, a partir da utilização do conhecimento e da cultura da população local.

A agricultura orgânica está relacionada à agroecologia, uma área que se ocupa da produção ecologicamente sustentável. Os princípios agroecológicos mais importantes da agricultura orgânica são: o respeito pela natureza, a diversificação de culturas, o solo como organismo vivo e a independência dos sistemas de produção.

Agricultura orgânica é um sistema de produção que tem por objetivo principal preservar a saúde do meio ambiente, os ciclos, as atividades biológicas do solo e a biodiversidade. A produção de alimentos e demais produtos vegetais é feita sem a utilização de fertilizantes sintéticos, agrotóxicos.

Por aplicar os conhecimentos da ecologia, na visão holística, a agricultura orgânica é considerada como um organismo integrado com a fauna e a flora. No momento que utiliza os insumos orgânicos, biológicos, ecológicos, estará privilegiando o uso eficiente dos recursos naturais, dos processos biológicos, mantendo assim a biodiversidade, o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental e a qualidade de vida das pessoas.

Diferenças fundamentais podem ser apontadas entre o produto orgânico e o agroecológico, como as características que não se restringem ao produto final, mas a partir de cada etapa produtiva, incluindo desde a escolha do local e sementes até as condições de trabalho às quais são submetidos os produtores. Um alimento é considerado orgânico se, na sua produção, não foram empregados agrotóxicos e alguns insumos, conforme descrito pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA (2019). Não se leva em conta se o processo produtivo submete-se a algum nível de industrialização, se há compatibilidade entre as culturas mantidas no ecossistema local, ou se as condições de trabalho e o envolvimento do produtor são observados.

2 PROBLEMATIZAÇÃO DA TEMÁTICA E SEUS ATORES

Nesta segunda seção, analisamos como a região é uma grande produtora de batatas. Como problematização dos atores sociais que estão envolvidos nessa dinâmica da cidade, direcionamos a nossa reflexão sociológica para as mazelas que o agronegócio não esclarece, que são as relações de escravização que ocorrem no cultivo da batata.

Trazemos à discussão um pequeno trecho da obra de Machado de Assis, *Quincas Borba*, problematizando a escravização contemporânea nas plantações de

batatas nos campos de Cima da Serra, especificamente em São Francisco de Paula-RS.

Segue o trecho da obra:

Supõe tu um campo de batatas e duas tribos famintas. As batatas apenas chegam para alimentar uma das tribos, que assim adquire forças para transpor a montanha e ir à outra [...] onde há batatas em abundância; mas, se a duas tribos dividem em paz as batatas do campo, não chegam a nutrir-se suficientemente e morrem de inanição. A paz, nesse caso, é a destruição; a guerra é a conservação. Uma das tribos extermina a outra e recolhe os despojos [...]. Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas. (ASSIS, 1997, p. 648-649).

Machado de Assis, sempre contemporâneo, “ao vencedor as batatas”, nos remete à reflexão acerca da escravização³ na atualidade, sem cair em analogias com a obra, mas sim problematizar esse pequeno trecho de Assis, que nos provoca com as mazelas da sociedade escravista de sua época e, conseqüentemente, contextualizar a luta pela sobrevivência da classe que vive do trabalho, tanto as tribos que Assis cita, quanto os trabalhadores resgatados nos campos de batatas em São Francisco de Paula.

Nesta segunda seção do artigo, provocamos os leitores a refletirem sobre a continuidade velada do trabalho escravo contemporâneo. Para que possamos entender o processo do trabalho escravo contemporâneo nos Campos de Cima da Serra, se faz necessário compreender alguns conceitos referentes ao âmago do sistema capitalista. Se fomos tratar a gênese do capitalismo no campo brasileiro, teríamos que problematizar o processo de escravidão desde seus primórdios, neste momento não é o nosso objetivo, todavia, vamos pontuar algumas reflexões.

Para delimitar nossa corrente teórica a fim problematizar o capitalismo, orientamo-nos pelos conceitos de Karl Marx, por ser, ao nosso entendimento, mais objetivo em análise. Poderíamos utilizar de Max Weber, porém o autor dá lugar, pelo menos, a seis formas de capitalismo: o capitalismo de botim, o capitalismo politicamente orientado, o capitalismo escravista, o capitalismo comercial, o capitalismo especulativo e finalmente o capitalismo da empresa moderna. (WEBER, 2004).

³ Utilizaremos o termo escravização ao invés de escravidão, para situar o dominador na ação e não nomear somente o escravo.

Por mais que saibamos a importância das reflexões de Weber (2004), vamos seguir nosso fio condutor pela interpretação teórica em Marx. Define o capitalismo como modo de produção em que operários assalariados, despossuídos de meios de produção, produzem a mais-valia, em que a força de trabalho se converte em mercadoria.

Com referência ao modo de produção capitalista, a agricultura se incorpora ao sistema econômico como um dos ramos industriais. No conceito capitalista, a agricultura não é simplesmente agricultura, ela também é posse da terra, poder e exclusão. A questão da terra se faz historicamente herdada de formações sociais, por exemplo, do feudalismo, que em sua época representava as atividades ligadas à agricultura e a posse da terra regulava toda a vida.

Dados gerados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2011 com trabalhadores libertados⁴ pelo Ministério de Trabalho e Emprego TEM, a OIT questionou os trabalhadores “qual seria a solução para o problema deles?” Resultado (46%) ter terra para plantar, (26%) ter comércio, (13%) ter emprego rural registrado, (15%) ter emprego na cidade. De acordo com a OIT, 59% dos trabalhadores libertados almejam o trabalho na terra (OIT, 2011).

A história do Brasil foi construída através da espoliação do trabalhador desde o Período Colonial até a atualidade, a ligação entre trabalho escravo e a luta agrária atual está alicerçada na forma de poder sob a terra.

Brito Filho (2004), destaca que o trabalho escravo contemporâneo está associado às disparidades sociais e históricas no Brasil.

Podemos definir trabalho em condições análogas de escravo como o exercício do trabalho humano em que há restrição em qualquer forma à liberdade do trabalhador [...] tanto no trabalho forçado, como no trabalho em condições degradantes, o que se faz é negar ao homem direitos básicos que o distinguem dos demais seres vivos, o que se faz é coisificá-lo; dar-lhe preço, e o menor possível (BRITO FILHO, 2004, p.14).

⁴ Destacamos algumas considerações acerca do conceito de Trabalhador Libertado, pensado em uma forma do contrário, ou seja, o que faz/deixa ele escravizado: 1) quando ele é forçado a trabalhar - por meio de opressão física ou psicológica; 2) quando ele é possuído ou controlado por um “empregador”, geralmente através de abuso mental ou psicológico ou ameaças de abuso; 3) quando ele é desumanizado, tratado como um objeto ou comprado e vendido como uma “propriedade” e 4) quando ele é fisicamente coagido ou possuindo restrições no direito de ir e vir. (GIRARDI, 2008).

No tocante às ideias do autor, podemos afirmar que qualquer trabalho que cerceie sua liberdade, que avilte sua dignidade e a condição degradante de trabalho, há de ser considerado como escravização contemporânea.

2.1. Como a mídia representou o trabalho escravo contemporâneo nos Campo de Cima da Serra

Falar sobre as representações sociais presentes/construídos pela mídia, é remetermos a lógica dominante, uma vez que, as construções dos saberes sociais, frente à opinião pública está sempre em destaque.

Vivemos hoje uma sociedade e uma cultura mediada (THOMPSON,2002), a cultura vai sendo sempre mais construída e materializada na comunicação, principalmente quando a mídia tem interesse em divulgar ou velar a informação em detrimento de interesses pessoais ou coletivos.

Partindo dessa premissa, destacamos alguns periódicos (jornais) que circularam informações acerca da escravização contemporânea em São Francisco de Paula -RS. O propósito é analisar como os meios de comunicação divulgaram as notícias dos trabalhadores resgatados das fazendas de batatas e como foi construída a análise de discurso frente a essa problemática.

Tema atual no cenário brasileiro, no qual governantes defendem o trabalho infantil e dificultam a fiscalização acerca do trabalho análogo à escravidão nas grandes fazendas em detrimento de bancadas políticas, as reflexões desse autor vem para pontuar com clareza.

Guareschi destaca:

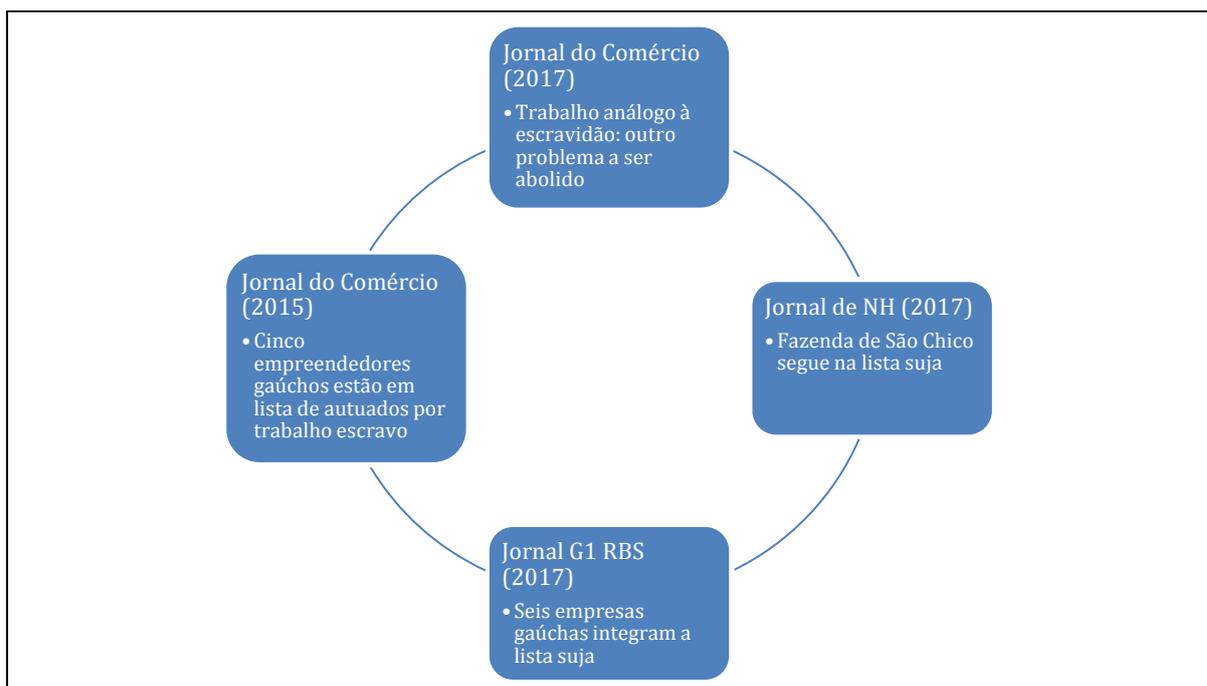
Os meios de comunicação têm papel importante para a democracia, mas também, funcionam como formadores de opinião, cultura e simbologia. Pode-se afirmar, sem receio que, em termos sociológicos, algo existe, hoje, ou deixa de existir, se for ou não veiculado. A realidade passa a ser socialmente construída. (GUARESCHI, 2003, p.16).

O autor defende que, no momento em que determinados assuntos deixam de ser informados, deixam também automaticamente de existir para a grande maioria da população. Isso nos coloca a pensar como a escravização contemporânea sempre esteve latente e por não representar (ou se incorporar) aos interesses midiáticos não são amplamente divulgados.

Em termos metodológicos, utilizamos o agendamento de mídia. Devido à pouca divulgação nos periódicos da região sobre a escravização contemporânea, vamos fazer um recorte temporal, a fim de analisar o quanto as notícias foram veiculadas e seu teor.

Noticiar a escravização contemporânea nas fazendas de batatas em São Francisco de Paula oportuniza uma grande visibilidade dos diferentes atores sociais: de um lado, os trabalhadores resgatados; de outro, os espoliadores da classe que vive do trabalho. Para tanto, o processo de agendamento é a capacidade da mídia em estruturar o pensamento do cidadão de tal maneira que os assuntos sobre os quais a imprensa quer dar atenção tendem a ser considerados importantes. Para tanto, analisamos alguns jornais de circulação *on-line* com notícias de 2015 e 2017.

Figura 1 - Jornais de circulação on-line com notícias de 2015 e 2017



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Optamos em elaborar esse organograma (Figura 1) para demonstrar como o agendamento de mídia influencia no cotidiano da sociedade. Destacamos, nos periódicos, as questões voltadas para as ideologias dos jornais. Nota-se que em todas as manchetes dos jornais há uma representação branda do noticiário, não buscando aprofundar as reportagens no cunho social e político da questão da escravidão contemporânea. Observamos também que em nenhum jornal foi utilizada a expressão “Trabalho Escravo Contemporâneo”. Procuraram seguir uma lógica do “politicamente

correto”, não problematizando as raízes da escravidão. A seguir, alguns trechos retirados dos periódicos.

Jornal do Comércio 2015

“Cinco nomes de empregadores do Rio Grande do Sul constam na lista de empresas autuadas por trabalho escravo no país. As propriedades denunciadas pelo Ministério do Trabalho são de Lajeado, São Francisco de Paula [...]” (www.jornaldocomercio.com.br/trabalhoescravo) pesquisado em 22/07/19

Jornal G1 RBS 2015

“O Ministério do Trabalho e Emprego flagrou 13 trabalhadores em situação de trabalho análogo ao de escravo no interior de **São Francisco de Paula**, na Serra do Rio Grande do Sul. O flagrante foi feito na tarde desta sexta-feira (13) em uma plantação de batatas na estrada da Barragem do Salto.” (<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/cidade/sao-francisco-de-paula-rs.html>) pesquisado em 25/07/19

Jornal do comércio 2017

“No século XXI ainda existem características de trabalho análogo ao de escravo no Rio Grande do Sul. Segundo o Repórter Brasil, mais de 1.3 mil escravos foram encontrados nesta circunstância até 2017. A cidade do Rio Grande do Sul que teve mais resgates foi o município de Bom Jesus, totalizando 65 escravizados e em segundo, a cidade de Cacequi, com 57 resgatados. São Francisco de Paula foi a cidade que recebeu mais inspeções” [...] (www.jornaldocomercio.com.br/trabalhoescravo) pesquisado em 22/07/19

Jornal NH 2017

“De acordo com Ministério do Trabalho, a fazenda, que aparece pela segunda vez na lista, fica na estrada de acesso à Barragem do Salto, e havia pelo menos 12 trabalhadores na condição análoga à de escravo” (www.jornaNH.com.br/rio-grande-do-sul/são-francisco-de-paula-rs) Pesquisado em 24/08/19

Jornal Correio do Povo 2017

“Conforme a chamada "lista suja", os estabelecimentos em solo gaúcho ficam nas seguintes cidades: Cacequi, Caxias do Sul, Doutor Ricardo, Encruzilhada do Sul, Ipê, Rio Pardo e São Francisco de Paula”. (WWW.correiodopovo.com.br/trabalhoescravo) Pesquisado em 24/08/19

Nota-se que as expressões ancoradas nas ideologias dos periódicos remonta um posicionamento brando da importância da reportagem, tanto na forma como foram elaboradas as chamadas dos jornais, quanto no núcleo das reportagens, não enfatizando a gravidade do assunto. Isso vai construindo uma representação social na divulgação da reportagem, dando a entender que o processo de escravidão contemporâneo na região Sul foi um caso isolado. Para Guareschi (2010), as

representações servem às pessoas, tanto como, paradigmas na comunicação, como, por outro lado, meios de orientação prática, ou seja, a mídia gesta de forma “perversa” o que quer divulgar e enfatizar na sociedade. Por meio dos jornais, é possível identificar e compreender os processos históricos no interior das sociedades, tais como debate e posições políticas, vimos nas manchetes dos periódicos somente as chamadas das notícias e como repercutiu nos Campos de Cima de Serra, deixando como questionamento que a mídia não agendou a questão do trabalho escravo, por não ser de seu interesse. Obviamente o objetivo deste trabalho não foi de analisar a mídia, mas de problematizar a escravização nas plantações de batatas, utilizando os periódicos como fonte histórica do tempo presente, ou seja, tais discussões têm como objetivo aproximar e aprofundar as interpretações mais seguras e embasadas.

3 A ESCRAVIZAÇÃO DO TRABALHADOR CONTEMPORÂNEO

Compreenderemos que a condição de trabalho escravo contemporâneo está associada a servidão por dívida, cuja origem remonta a antiguidade. No Brasil, essa prática é constante nas fazendas de todas as regiões que estão na ilegalidade trabalhista.

Os trabalhadores são aliciados por empreiteiras, conhecidos no meio rural como gatos. Velloso (2006) denomina de desterritorialização do trabalhador para a efetivação do trabalho escravo. Segundo Martin (2010), o elemento de submissão é a caderneta de dívidas que inclui alimentação, transporte, moradia, a dívida impagável, aprisiona o trabalhador. De acordo com o autor, “[...] o parceiro era onerado com várias despesas, a principal das quais era o pagamento do transporte e gastos de viagem, dele e de toda a sua família [...] quase não dão dinheiro aos seus colonos a fim de prendê-los ainda mais a si ou as fazendas” (MARTIN, 2010, p.54).

Somando às ideias apresentadas, Marx traz a questão do valor da força de trabalho, que é o valor do meio de subsistência necessário à manutenção do trabalhador. Suas necessidades naturais, como alimento, roupas, abrigo, são princípios básicos de subsistência, que o dominador dos meios de produção, utilizando das necessidades básicas do trabalhador rural, torna-o escravizado dentro de suas subsistências, promovendo o aumento de suas dívidas.

Nas reportagens, aparecem claramente as fazendas de plantação de batatas, onde os fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego resgataram os trabalhadores em

situações de escravidão nas fazendas, essas com investimento capitalista de grande porte. De certa forma, são ou foram beneficiadas com projetos de investimento público do Estado via política de preços mínimos, créditos a juros baixos para os investimentos para a compra de insumos, equipamentos, tratores e outras máquinas. Está claro que semelhante impulso ao desenvolvimento capitalista é feito pelo Estado de maneira discricionária, beneficiando os grandes proprietários.

Abaixo seguem as listas das fazendas:

Quadro 2 - O Rio Grande do Sul na Lista Suja

Empregador	Local	Cidade	Ano
João Adair Moraes	Fazenda Capão Raio	São Francisco de Paula	2015
Adalberto Braz de Souza	Rod. BR 386	Lajeado	2016
Marcelo Ferreira Horn	Fazenda Formosa	Rio Pardo	2014
Marcos Sueli Dantas	Esplanada	Caxias do Sul	2013
Paulo Cezar Damedá	Frente de Trabalho de Extração de Madeira – Linha Gruta	Doutor Ricardo	2015

Fonte: Lista Suja do Trabalho Escravo – Ministério do Trabalho – Cadastro atualizado em 26/10/2017

Esse desenvolvimento capitalista nos Campos de São Francisco de Paula nos provoca a refletir sobre o processo do desenvolvimento regional do local O assalariado na sociedade capitalista é um homem livre. Não pertence a um dono, como na escravidão, nem está preso ao solo, como no regime feudal (HUBERMAN, 1986). Concatenando as ideias do autor, vimos que, para o conceito de homem livre, o que prevalece é o salário como forma de pagamento e liberdade, no entanto, para a escravização contemporânea, o salário pago não é sinônimo de liberdade, mas sim, na perspectiva do dominador, mais uma forma de prender o trabalhador à terra. Como já mencionado, as dívidas que os trabalhadores acabam por fazer nas propriedades escravistas tornam-nos escravizados pelo sistema opressor.

Por conseguinte, o materialismo histórico dialético de Marx explica esse processo:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu próprio câmbio material como uma de suas funções. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braço e pernas, cabeças e mãos - a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 2002, p. 211).

Entretanto, as relações sociais de trabalho, no tocante aos proprietários de terra, são nada mais que meras mercadorias da mão de obra da classe que vive do trabalho. Nas reportagens, aparecem trabalhadores vindo com suas famílias da região do Paraná-RS, em busca de trabalho e conseqüentemente aliciados. Nessa perspectiva da escravização contemporânea, os sujeitos são anulados pelo sucesso econômico da fazenda, que prospera de maneira inversamente proporcional na medida em que declina a existência do trabalhador, reduzindo a uma condição de mera coisa, completamente desumanizado.

Ao entendimento de Marx (2002, p. 80), “[...] o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria”. Nesse ponto, cabe fazer uma relação entre os mecanismos capitalistas de dominação nas fazendas de batatas das forças produtivas do trabalhador e os paradigmas da escravização contemporânea, utilizando o entendimento disciplinar de Foucault (2010).

Nas propriedades escravistas, a vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna do aparelho de produção e uma engrenagem do poder disciplinar. No momento em que as dívidas dos trabalhadores aumentam, a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. “A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos) e diminui essas mesmas forças em termos políticos de obediência”. (FOUCAULT, 2010, p.133-134).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões e problematizações aqui apresentadas, entende-se como é importante discutir o trabalho escravo contemporâneo, presente nas fazendas de SFP. Na atual conjuntura histórica do País, se faz necessário promover essas discussões para que possamos dialogar e rever nosso lugar de fala na sociedade. Será que estamos sendo ouvidos? A escravidão foi abolida? A grande mídia contribui para esse silêncio? Ou ela é oportunista? Questionamentos que levantamos no decorrer deste texto.

Em vistas dos argumentos apresentados, vimos que temos muito a nos preocupar, a sustentabilidade humana está ligada diretamente aos nossos hábitos,

pensando num olhar egoísta de ser humano, nós temos que manter a nossa espécie, dar condições a nossos descendentes, e para isso temos que respeitar o direito do próximo e os recursos naturais, os hábitos imediatistas não nos dão seguranças de prosperidade, temos que pensar numa escala de tempo maior, e as práticas agroecológicas vão ao encontro a isso ,e a reflexão deve acontecer.

No texto, buscamos problematizar as formas de preservar os campos nativos, e as consequências preservadas do capitalismo frente ao trabalho humano. Buscamos, através das fontes, apontar esse cenário tão atual da escravidão na contemporaneidade. Seria contraditório não reconhecer os avanços conquistados no enfrentamento do Trabalho Escravo Contemporâneo, nos últimos anos. Para que haja um trabalho com eficácia ao combate do trabalho escravo, é preciso perceber como reflexos as questões sociais graves, tais como a falta de distribuição de terras, a precariedade nos postos de trabalho, os grupos específicos que impedem as mudanças socioestruturais necessárias para o combate.

Afinal, buscamos aqui criar uma linha de raciocínio para concatenar as ideias sobre esse assunto, tão oportuno nos Campos de Cima da Serra, pois, enquanto a impunidade e a falta de oportunidade prevalecerem existiram trabalhadores obrigados a aceitar essas condições de escravidão.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Montevideo: Nordan-Comunidad, 2002.

BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. **Trabalho decente**: análise jurídica da exploração, trabalho forçado e outras formas de trabalho indigno. São Paulo. 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Trad. de Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 2010.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

LUTZENBERGER, J. A. **Manual de ecologia**: do jardim ao poder. Porto Alegre: L&PM, 2006. Disponível em:
https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/sistema_19_000gw6cn90v02wxh a0myh2lo67rpzo2.pdf

MARTINS, J.S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2010.

MARX, Karl. **O capital**. Livro 1, volume 1. Trad. de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. Visibilidade na Mídia e Campo Político no Brasil. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 695-735, 2010.

PEREIRA, A. da S.; DANIELS, J. **O cultivo de batata na região sul do Brasil**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2003. Disponível em: <http://www.brasaodopampa.com.br/site/blog/interna/por-que-devemos-conservar-o-campo-nativo-165>

PRIMAVESI, A. M. **Revisão do conceito de agricultura orgânica**: conservação do solo e seu efeito sobre a água. São Paulo, SP: Sindicato Rural de Itai (SINDAI), 2003.

SOUTO, R. A.; MALAGODI, E. ; MARACAJÁ, M. C. S; XAVIER, C. Análise da viabilidade ambiental de práticas agroecológicas adotadas por agricultores familiares do município de Lagoa Seca, Paraíba. **Revista Engenharia Ambiental**, Espírito Santo do Pinhal, PB, v. 8, n. 3, p. 099-115, jul./set. 2011. Disponível em: <<http://ferramentas.unipinhal.edu.br/engenhariaambiental/include/getdoc.php?id=1442&article=623&mode=pdf>> Acesso em: 25 de julho de 2019.

VELLOSO, João Gustavo Vieira. **Sobre o tratamento jurídico dado ao trabalho escravo: o movimento de descriminalização**. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo, ano 59, p.90-127, abri. 2006.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

Mapas. Disponível em: <http://mapbiomas.org/map#coverage>. Acesso em: 02 ago. 2019.